

Tarcísio de Freitas é citado em inquérito sobre desvios no Dnit

Mesmo não sendo formalmente investigado, o nome do atual ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), é citado 17 vezes ao longo das 59 páginas do inquérito que investiga, no âmbito da Operação Circuito Fechado, desvios de R\$ 40 milhões dos cofres públicos por meio de uma empresa de tecnologia,

a Business To Technology (B2T). A PF anexou às investigações nove documentos assinados pelo então diretor do Dnit, alguns a mão. Em sete deles consta apenas o nome de Tarcísio como representante do órgão, como no caso do contrato com a B2T para fornecer licenças de programas de computador para o Dnit. Ainda de acordo com a PF, Tarcísio ignorou alertas de irregularidades ao assinar os contratos com a B2T.

Pág. 01



O ministro não é formalmente investigado, mas o nome dele é citado 17 vezes ao longo das 59 páginas do inquérito.

Em votação unânime, TRE-RJ torna Crivella inelegível até 2026

Em julgamento iniciado na segunda-feira, 21, e concluído ontem, 24, os sete magistrados do TRE-RJ decidiram tornar inelegível até 2026 o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos), que tenta a

reeleição em novembro. Crivella foi condenado em duas ações, uma delas referente a um evento chamado Café da Comunhão, que reuniu líderes evangélicos em julho de 2018 no Palácio da Cidade.

Pág. 04

Corregedoria arquiva reclamação de Renan contra Deltan e Danelon

Reclamação disciplinar apresentada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) contra os procuradores Deltan Dallagnol e Thaumás Danelon, ex-integrantes da Lava

Jato, pela suposta articulação de um pedido de impeachment contra o ministro Gilmar Mendes, do STF, foi arquivada por decisão da Corregedoria do MPF.

Pág. 03

MP tenta suspender promoção de 607 procuradores federais

Cerca de 607 procuradores federais promovidos pela AGU podem ter a promoção suspensa. O Ministério Público, junto ao TCU, pediu a concessão de liminar para suspender o benefício. No pedido, o MP

disse que a promoção é "inespetiva e indecorosa" e mostra indiferença com a população mais pobre chamada a pagar a conta no momento em que enfrentam as maiores dificuldades com a covid.

Pág. 04

VW reconhece que ajudou a ditadura e promete ressarcir trabalhadores

Depois de reconhecer que colaborou com a ditadura militar na repressão a trabalhadores no regime militar, a Volkswagen assinou o compromisso de destinar R\$ 36,3 milhões para ex-funcionários da empresa que sofreu

violências pela ditadura. Foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), acordo extrajudicial que estabelece obrigações à empresa para que não sejam propostas outras ações judiciais contra ela.

Pág. 04

Voto de Marco Aurélio autoriza Bolsonaro e depor por escrito



O ministro antecipou o voto: não gosta incertezas.

Embora a discussão sobre o caso esteja prevista para começar em 2 de outubro, o ministro do STF Marco Aurélio divulgou ontem, 24, seu voto pela permissão do presidente Jair Bolsonaro a depor por escrito no inquérito sobre su-

posta tentativa de interferência política dele na PF. O ministro observou que os ministros Luis Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin administraram que o presidente Michel Temer depusesse por escrito no Inquérito dos Porões.

Pág. 04

Grupo tenta convencer Doria a construir túnel Santos-Guarujá

Um grupo de empresas, com apoio da Associação do Engenheiros e Arquitetos de Santos, lançou ontem, 24, uma campanha para convencer o governo Doria a construir uma ponte de conexão entre Santos e Guarujá. Especialistas apontam que a estrutura da obra comprometeria o crescimento da parte da cidade e colocaria em risco a operação, tornando-se obstáculo para o tráfego dos navios.

Pág. 05

Falar em novo imposto polui debate sobre reforma, aponta Simone Tebet

A criação de um imposto digital para compensar a desoneração da folha, que vem sendo comparado à antiga CPMF, está poluindo o debate em torno da reforma tributária, disse ontem, 24, a senadora Simone Tebet (MDB-MS). Ela defendeu ainda que seja feita agora a "reforma possível", com a criação de um imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Pág. 05

Reforma tributária do governo não resolverá problema, diz Virgílio

Durante evento virtual da Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizado ontem, 24, o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio (PSDB) disse não acreditar em uma reforma tributária que "resolva o problema" no atual governo. "O governo tem que resolver se quer fazer uma reforma tributária ou uma política econômica para a reeleição do presidente Bolsonaro", declarou.

Pág. 05

BC eleva previsão de crescimento do crédito neste ano para 11,5%

O Relatório de Inflação divulgado ontem, 24, pelo Banco Central, elevou a projeção para a expansão do crédito neste ano de 7,6% para 11,5%.

Pág. 05

Operação da PF prende secretária de Saúde de Magé por desvios no SUS



Agentes da PF investigam os crimes de despesa ilegal de licitação, fraude em licitação, peculato, falsidade ideológica e organização criminosa.

Operação desafiadora ontem, 24, pela PF, que investiga os crimes de despesa ilegal de licitação, fraude em licitação, peculato, falsidade ideológica

ou organização criminosa, que teria desviado cerca de R\$ 9 milhões de recursos do SUS, prendeu a secretária municipal de Saúde de Magé,

no Estado do Rio, Carine Tavares, que foi levada para a delegacia da PF em Niterói, na região metropolitana do Rio.

Pág. 06

Ex-assessor investigado comprou imóvel de Bolsonaro em dinheiro

Reportagem do Estado revela que o conselheiro da reserva Guilherme dos Santos Haddad pagou R\$ 38 mil em dinheiro por um terreno em Resende, no Estado do Rio, em 2018, de propriedade do então deputado federal Jair Bolsonaro e Ana Cristina Siqueira Valle, sua segunda ex-mulher. Em valores corrigidos pelo IPCA, o montante corresponde hoje a R\$ 71 mil. O conselheiro é investigado no

inquérito das "rachadinhas" e apontado pelo MP do Rio como funcionário "fantasma" do antigo gabinete do senador Flávio Bolsonaro no Alerj. A escritura da compra, vinda pelo Estado, registra o pagamento em "moeda corrente de País, com data e achada certa" - denominação usada para quando a aquisição é feita em dinheiro. A propriedade fica no condomínio Lúcio Tênis Clube.

Pág. 02

Araújo diz que declarações de Pompeo foram alvo de má tradução

AstraZeneca aguarda aprovação para retomar teste com vacina nos EUA

Sinovac quer distribuir vacina na América do Sul junto com Butantan

Pág. 02

Pág. 02

Pág. 02

INTERNACIONAL

Trump diz que quatro vacinas estão em estágios finais de testes e critica FDA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que quatro vacinas para covid-19 estão em estágios finais de testes no país e criticou possíveis mudanças nos critérios estabelecidos pela Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA, na sigla em inglês). Em coletiva de imprensa realizada quarta-feira, 23, o republicano também voltou a chamar o coronavírus de "Coronavírus" e afirmou que há um "aumento muito grande" de casos da doença na Europa.

O mandatario declarou que a Casa Branca pode aprovar ou não as regras da FDA para o pro-

cesso de liberação de vacinas. Ontem, a imprensa americana noticiou que a agência federal prepara um aumento na rigidez dos padrões que servem de referência para o processo. "Parece um movimento político", declarou Trump. O republicano tem repetido que uma vacina estará disponível nos EUA ao o fim do ano ou, até mesmo, antes da eleição presidencial de novembro. Trump criticou o ritual na disputa pela presidência, Joe Biden, e acusou o democrata de ser anticientista. "Nossa prioridade vai acabar com o vírus. O plano de Biden vai acabar com a América", afirmou.

Sinovac quer distribuir vacina na América do Sul junto com Butantan



Fabricantes globais de vacinas, como a Sinovac e a AstraZeneca, fizeram parcerias para a realização de testes clínicos em estágio avançado de seus produtos no Brasil.

A chinesa Sinovac Biotech espera fornecer sua vacina experimental contra a covid-19 para mais países sul-americanos ao fornecer alguns produtos de fabricação para o Instituto Butantan, ligada ao governo do estado de São Paulo, disse o presidente executivo da companhia, Yin Weidong, ontem (24).

Fabricantes globais de vacinas, como a Sinovac e a AstraZeneca, fizeram parcerias para a realização de testes clínicos em estágio avançado de seus produtos no Brasil, que tem o terceiro maior número de infectados do mundo.

A Sinovac planeja fornecer produtos semelhanças ao Butantan, que fará a formulação e a análise para o fornecimento da vacina a

outros países sul-americanos, disse Yin Weidong, em entrevista exclusiva.

A China melhora a candidatura a vacina da Sinovac, a Conache, em seu programa de uso emergencial lançado em julho, mas os testes em estágio avançado na vacina ainda não foram concluídos, e que levaram a dúvidas em relação à segurança entre especialistas.

Na quarta-feira (23), o governador de São Paulo, João Doria, disse que dos 50 mil voluntários que participaram de testes com a CoronaVac na China, 94,7% não apresentaram qualquer reação adversa e que, no Brasil, até o momento, nenhum voluntário que participou da análise teve qualquer efeito colateral.

Araújo diz que declarações de Pompeo foram alvo de má tradução



Araújo rechaçou todas as críticas às declarações feitas na coletiva de imprensa ocorrida após visita de Pompeo.

Com audiência concorrida, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, foi ontem (24) à Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado para falar sobre declarações contra o regime de Nicolás Maduro.

feitas durante a visita do secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, a Caracas, na última sexta-feira (23). O requerimento de voto para a ida do ministro ao congresso foi movido pelo fato de alguns pa-

lamentares terem entendido que o secretário usou a Brasil para promover o presidente norte-americano Donald Trump, que está na reta final da campanha pela reeleição e ter feito declarações contra o regime de Maduro.

Tradução - Araújo rechaçou todas as críticas às declarações feitas na coletiva de imprensa ocorrida após visita. Para o brasileiro, um dos elementos mencionados pelo secretário Mike Pompeo foi objeto de polêmica por uma "má tradução". "Foi traduzido que ele deveria dizer o nosso mundo está consistente. E a gente vai fazer essa pessoa e vai colocá-la no lugar certo", como se estivesse referindo a Nicolás Maduro. Na verdade, o que ele disse em inglês, se você tentar uma tradução melhor, foi: "nossa vontade é coerente, o nosso trabalho será incansável e chegaremos ao lugar certo", afirmou.

Para o chanceler, no contexto de toda a entrevista, fica claro que as afirmações foram feitas a partir de uma perspectiva humanitária, de defesa dos direitos humanos. Ao ressaltar que, para o Brasil, o governo da Venezuela é o de Juan Guaidó, também reconhecido por outros 55 países, ele garantiu ainda que nenhuma crítica foi feita diretamente ao povo venezuelano, ou contra o país vizinho.

Milhares vão às ruas protestar contra posse de líder bielorrusso

Forças de segurança bielorrussas dispararam jatos de água para dispersar manifestantes, que foram aos milhares às ruas da capital Minsk para protestar contra a apreensão do veterano presidente Alexander Lukashenko, quarta-feira (23).

Ignorando as exigências pelo fim de seu governo, que já dura 26 anos, Lukashenko foi empurrado para cumprir o sexto mandato após uma eleição considerada fraudulenta pela oposição e por governos de vários países.

A cerimônia normalmente seria anunciada e divulgada como uma importante ocasião de Estado, mas foi cancelada sem aviso, após Lukashenko

revindicar uma vitória por esmagadora maioria na eleição do último dia 9 de agosto.

A oposição na ex-Repblica soviética, que promove mais de seis semanas de protestos populares pedindo a renúncia do presidente, denunciou a posse como ilegítima.

"Sua posse secreta é uma tentativa de tomar o poder", diz Svetlana Tikhonovskaya, principal adversária de Lukashenko, que deixou o país exilada após as eleições.

Os Estados Unidos e a União Europeia estão estabelecendo sanções contra autoridades envolvidas no processo eleitoral e na repressão aos manifestantes, condenada pelas forças de segurança.

AstraZeneca aguarda aprovação para retomar teste com vacina nos EUA

A AstraZeneca ainda está esperando que a agência reguladora de produtos norte-americanos aprova a retomada do teste clínico de sua possível vacina contra Covid-19 nos Estados Unidos quase três semanas depois de ela ser interrompida devido a preocupações de segurança.

O teste norte-americano da candidata a vacina contra Covid-19 da AstraZeneca, desde validada inicialmente pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, continua suspenso enquanto inspetores investigam uma doença em um dos participantes, mesmo depois de um estudo britânico e outros programas terem sido retomados fora dos EUA.

"Somos os patrocinadores do estudo dos EUA. Por isso,

providenciamos toda esta informação para a FDA (agência reguladora de medicamentos dos EUA) e estamos esperando para ouvir sua decisão", disse Pascal Soriot, presidente-executivo da farmacêutica, em um debate virtual do Fórum Econômico Mundial.

Alex Attar, secretário dos Serviços Humanos e de Saúde dos EUA, disse na quarta-feira que a manutenção da suspensão mostrou que a FDA está levando a segurança da vacina a sério.

Um documento publicado pela Universidade de Oxford na internet na semana passada disse que a doença em um participante britânico que provocou a interrupção no dia 6 de setembro pode não estar associada com a vacina.

GERAL

PF desarticula organização especializada em evasão de divisas

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem (24) uma operação para desarticular uma associação criminosa especializada em evasão de divisas, operação de câmbio ilegal e lavagem de dinheiro, estabelecida na fronteira do sul do Brasil (Chubut) com o Uruguai (Chuy). Batizada de Vaidab, a operação cumpre 11 mandatos de busca e apreensão, nas cidades de Santa Vitória do Palmar (3), Chui (7) e Uruguaiana (1).

Cerca de 50 pessoas participam da operação, que também cumpre ordens judiciais de bloqueio de ativos em contas bancárias de seis pessoas físicas e jurídicas e a indisponibilidade de nove veículos que superam R\$ 1 milhão em valores de mercado. As medidas foram expedidas pela 11ª Vara Criminal da

Justiça Federal do Rio de Janeiro.

"A investigação teve início com a denúncia de movimentações financeiras suspeitas envolvendo membros da associação criminosa, que, entre 2006 e 2018, tiveram movimentação mais de R\$ 230 milhões entre diversas contas bancárias", informou a PF.

De acordo com a polícia, as investigações apontam a existência de uma rede de pessoas físicas e jurídicas que receberam em contas bancárias valores oriundos das mais diferentes regiões do Brasil. A associação criminosa é responsável por gerenciar uma rede de contas bancárias, muitas vinculadas a lavagem e a empresa de fachada. Todos os investigados são residentes ou sedados no território entre o Brasil e o Uruguai.

Procuradoria cobra à Justiça que avalie afastamento imediato de Ricardo Salles

O Ministério Público Federal cobrou à Justiça que avalie o afastamento imediato do ministro Ricardo Salles do cargo. O pedido foi anexado aos autos da ação civil apresentada em julho que pede a saída do ministro do governo por "desobediência dolosa" das políticas ambientais - desde então, o processo já foi remetido para Santa Catarina, valendo para Brasília e não foi julgado.

Segundo a procuradora Marcia Brandão Zillinger, o pedido de demora em julgar o pedido de afastamento é fundamentado no fato de que a permanência do ministro "tem causado, a cada dia, consequências trágicas à proteção ambiental, especialmente pela alarmante aceleração do desmatamento, sobretudo na Floresta Amazônica".

"Caso não haja o cautela afastamento do requerido do cargo de Ministro do Meio Ambiente, o aumento exponencial e alarmante do desmatamento da Amazônia, consequência direta do desinteresse deliberado de políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente, pode levar a Floresta Amazônica a um 'ponto de não retorno', situação na qual a floresta não consegue mais se regenerar", argumenta a procuradora.

O MPF apresentou dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que apontam a destruição de 1.658 km² de floresta



O ministro Ricardo Salles.

Amazônica em julho de 2020. No mês passado, foram 1.399 km². "Em ambos os casos, tratou-se do segundo pior resultado para cada mês nos últimos cinco anos, perdendo apenas para os meses de julho e agosto do ano de 2019, igualmente na gestão do requerido, Ricardo Salles, à frente do Ministério do Meio Ambiente", afirmou.

Sobre o Pantanal, a procuradora apontou que a situação é

"notória", visto que o ano passado foi a pior temporada de queimadas, com o comprometimento de mais de 21% do bioma.

O novo pedido da Procuradoria foi enviado após o voto em julho, que já cobrava o afastamento de Salles do cargo. O processo foi inicialmente retido para a 9ª Vara Federal de Florianópolis pelo juiz Márcio

de França Moreira, que apontou a competência do juízo catarinense para avaliar o processo por prevenção - uma ação civil semelhante havia sido apresentada contra Salles por lá.

Os autos foram encaminhados para Brasília após o desembargador federal Ney Ballo, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspender os efeitos da liminar que mandou o processo para Santa Catarina.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Mário Antônio Lopes de Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Agência Mariana
Administração

Batista Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

mcdmcc@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 31 554-0035
mario@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: Diária

AMS EDITORA LTDA

Av. Nave de Jahu, 4939 - C. 76 B

Jd. Paulista - Cap. 01407-200

CNPJ nº 01.558.376/0001-57

São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, c. 81

Quinta Moçães - Cap. 04578-068

São Paulo - SP

anarec
www.anarec.org.br

ANJ
Associação Nacional
de Jornalismo



POLÍTICA

PF investiga contratos do Dnit assinados por Tarcísio de Freitas



O ministro não é formalmente investigado, mas o nome dele é citado 17 vezes ao longo das 59 páginas da investigação.

Contratos assinados pelo atual ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, quando ele era diretor do Departamento

Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), estão sob investigação da PF por suspeita de corrupção, destaca o Estadão. O

ministro não é formalmente investigado, mas o nome dele é citado 17 vezes ao longo das 59 páginas da investigação.

Elogiado com frequência pelo presidente Jair Bolsonaro como "corredor de obras", Tarcísio foi diretor da autarquia de 2012 a 2014, durante o governo Dilma Rousseff. É ele quem assinou parte dos contratos investigados na Operação Cascaço Fechada, que se iniciou no mês seguinte ao desvio de R\$ 40 milhões dos cofres públicos por meio de uma empresa de tecnologia. A PF anexou às investigações nove documentos assinados pelo então diretor do Dnit, alguns a mão. Em um deles consta apenas o nome de Tarcísio como representante do órgão.

O primeiro contrato com a Itasca Tecnologia (IT2) para fornecer licenças de programas de computador para o Dnit foi assinado pelo atual ministro em 14 de agosto de 2012, no valor de R\$ 11,7 milhões. Nos anos seguintes, mais dois contratos foram assinados, elevando o total para R\$ 22,6 milhões.

Segundo a PF, não há qualquer evidência de que o serviço tenha sido prestado e a suspeita é de que as contratações serviram de fachada para o desvio de recursos.

Alcolumbre não tem respaldo para reeleição, diz nota da consultoria do Senado

Uma análise da Consultoria Legislativa do Senado afirma que a reeleição do atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), é inconstitucional. A interpretação será usada por adversários para reagir à tentativa do parlamentar de ser reconduzido ao comando do Congresso em fevereiro do próximo ano.

De acordo com a nota, assinada pelo consultor Afonso Fernandes de Oliveira, é "equivocado" que a reeleição é proibida dentro da mesma legislatura, ou seja, sem uma nova eleição para renovação dos mandatos no Legislativo federal. O documento não é uma opinião oficial do Senado, mas serve como subsídio para o posicionamento dos parlamentares sobre o tema.

A análise foi feita a pedido do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SF), que faz oposição a Alcolumbre no Senado.

"É conhecido o critério adotado tanto pelo Senado Federal quanto pela Câmara dos Deputados para a eleição de suas mesas, e esse critério, embora tenha comportado mudanças, nos três anos de vigência da Constituição de 1988 e do regime democrático que ela instituiu, nunca comportou a reeleição dentro de uma mesma legislatura, após o exercício pleno de um mandato", diz a nota do consultor legislativo.

De acordo com o técnico do Senado, a reeleição do presidente da Casa não encontra respaldo na Constituição nem no regimento interno da Casa.

Corregedoria arquiva reclamação de Renan por pedido de impeachment de Gilmar

A Corregedoria do Ministério Público Federal (MPF) arquivou uma reclamação disciplinar apresentada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) contra os procuradores Dehann Dallagnol e Thaumet Dancelon, ex-integrantes da Operação Lava Jato, pela suposta articulação de um pedido de impeachment contra o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A ação impetrada pelo emendista, que acusa os procuradores de advocacia privada e ato análogo à improbidade administrativa, foi fundamentada em mensagens divulgadas no âmbito da série de reportagens conhecidas como "Vaza Jato". As mensagens, coordenadas pelo portal The Intercept Brasil e publi-

cadas em parceria com diversos veículos de imprensa, teriam sido repassadas por um hacker apontado como responsável pela invasão e roubo de mensagens de celulares de autoridades. O caso é investigado na Operação Spoofing. Na conversa em questão, publicada no blog do jornalista Heitor de Azevedo, no portal UOL, os procuradores discutem reservadamente detalhes para a elaboração de um requerimento de afastamento do ministro do Supremo, que seria apresentado pelo advogado Modesto Carvalhosa.

"O Professor Carvalhosa Modesto Carvalhosa, advogado vai arguir o impeachment de Gilmar. Ele pediu para eu ministrar para ele", teria dito a procuradora.

Ex-assessor pagou em dinheiro por imóvel de Bolsonaro

Investigado no inquérito das "rachadinhas" e apontado pelo Ministério Público do Rio como funcionário "fantasma" do antigo governo de senador Flávio Bolsonaro (Republicanos) na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), o coronel da reserva Guilherme dos Santos Hudson pagou R\$ 38 mil em dinheiro por um terreno em Resende, em 2008. Os vendedores foram o então deputado federal Jair Bolsonaro e Ana Cristina Siqueira Valle, sua segunda ex-mulher. Em valores corrigidos pelo

IPCA, o montante correspondia hoje a R\$ 71 mil. O imóvel tinha sido adquirido por Bolsonaro e Ana Cristina em novembro de 2003, pelo mesmo valor que o vendedor após a separação, sem resgate por valorização do terreno ou pela inflação de 28,76%, segundo o IPCA - o que equivaleria a pouco mais de R\$ 10 mil. O documento não informa se houve sinal antecipado, taxa promissória ou dívidas para pagamentos futuros.

A escritura da compra, obtida pelo Estadão, registra o pa-

gamento em "moeda corrente de País, contada e achada certa" - denominação usada quando a aquisição é feita em dinheiro, segundo advogada consultada pela reportagem. O imóvel fica num condomínio em Resende, cidade em que vive a família de Ana Cristina. Foi lá, na década de 1970, que Hudson e Bolsonaro serviram juntos na Academia Militar das Agulhas Negras.

A propriedade fica no condomínio Linhares Tennis Clube, tem piscina, spa, sauna, bar, salão de festas, campo de futebol

e quadras de esportes. Suas proximidades com o mesmo tamanho - cerca de 560 metros quadrados - são vendidas em sites de compra e venda de imóveis por R\$ 430 mil e R\$ 480 mil.

Na investigação sobre as "rachadinhas" (apropriação de parte do salário dos servidores), o MP do Rio afirma que, em dezembro do ano passado, o coronel da reserva sacou R\$ 15 mil, equivalente a 74% dos valores recebidos durante os dois meses em que esteve lotado no gabinete de Flávio, em 2018.

ECONOMIA

Virgílio: não acredito em reforma tributária que resolva problemas neste governo

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio (PSDB) disse ontem (24) não acreditar em uma reforma tributária que "resolva o problema" no atual governo.

"Vou uma disputa entre Congresso e o presidente. O governo tem que resolver se quer fazer uma reforma tributária ou fazer uma política econômica para a reeleição do presidente Jair Bolsonaro", declarou, em evento virtual da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O prefeito disse ainda que Bolsonaro está "afocado" às eleições e à equipe econômica mantém uma conversa de "uma

e desano" com o Congresso Nacional. "O ministro da Economia Paulo Guedes perde peso e credibilidade a cada instante, é criticado pelo presidente a cada instante. Não sei presidente afeto e um Congresso que não está sendo consequente com a questão fiscal", criticou.

Virgílio citou a decisão de Bolsonaro na Organização das Nações Unidas, na terça-feira, 22, e disse ter lido "vergonha" por citações, como culpa não por má gestão, mas por "mau caráter". "Depois disso que o presidente fez na ONU, se me perguntarem onde eu nasci eu responderia 'I was born in Argentina'", declarou.

Projeção de crescimento do crédito em 2020 sobe para 11,5%

O Banco Central (BC) aumentou a projeção para a expansão do crédito este ano de 7,6% para 11,5%. A estimativa consta do Relatório de Inflação, divulgado ontem (24), em Brasília. "O aumento decorre, principalmente, da demanda aumentada de crédito livre com pelo crédito de reconstrução, no último caso voltado principalmente para as empresas de menor porte", disse o BC. As modalidades de empréstimos são divididas em dois tipos: o crédito livre e o direcionado. No caso do crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as

taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, destinadas, basicamente, aos setores habitacionais, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Empresas - A projeção para o crescimento do crédito livre para as empresas passou de 15,6%, previsto em junho, para os atuais 20%. "No segmento de recursos livres para pessoas jurídicas, o ajuste na projeção para 2020 se fundamenta pelas condições mais acessíveis de financiamento, com destaque para a taxa de juros na mínima histórica, e pela melhoria nas expectativas de recuperação da atividade econômica", afirma o BC.

Grupo defende túnel para ligar Santos e Guarujá dentro da privatização do porto

A disputa envolvendo a construção de um túnel ou ponte para fazer a ligação entre Santos e Guarujá (SP) ganhou mais um capítulo. Na manhã, 24, um grupo de empresários, com apoio da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos, lançou uma campanha para convencer o governo do São Paulo de construir uma ponte para fazer a conexão. A crítica de especialistas é que a estrutura comprometeria o crescimento do porto da cidade e colocaria em risco a operação, por ser um obstáculo para os navios. Hoje, a principal proposta é a de inserir o custo do túnel, de R\$ 2,5 bilhões de acordo com o projeto mais recente, dentro do processo de privatização do Porto de Santos.



Hoje, a principal proposta é a de inserir o custo do túnel, de R\$ 2,5 bilhões de acordo com o projeto mais recente, dentro do processo de privatização do Porto de Santos.

com o porto. A solução de túnel é para proteger a navegação", disse Carvalhosa, que é engenheiro naval. Ele lembrou que o porto não tem a ganhar com o túnel, que ele tornaria a fila de navios para atracar causada pelo trânsito de balsas. Carvalhosa lembrou que entra cada vez mais uma PPP entre uma empresa privada e o porto de Santos. "A PPP faz sentido se o governo entender que a autoridade portuária não tem de fazer a gestão do ativo. Então se transfere para uma empresa especializada para construir e operar", disse. A deputada federal Rosana Valle (PSB-SP) apresentou na quarta-feira uma carta ao Ministério da Infraestrutura solicitando a inclusão do projeto do túnel no edital de privatização do Porto de Santos, que está sendo montado pela pasta.

Simone Tebet: governo falar em imposto novo polui o debate da reforma tributária

A senadora Simone Tebet (MDB-MG) disse que o governo está "poluindo o debate" ao falar de um imposto novo. A reforma tributária tem sido alvo de uma campanha de desinformação da folha e a criação de um imposto digital para compensar, que vem sendo comparado à antiga CPME.

"Algumas coisas estão poluindo o debate. O governo quer a reforma tributária como fonte para resolver todos os

seus problemas, quer aumentar investimento, criar Renda Brasil e criar imposto novo. Com isso, começa a ter muitas necessidades", disse a senadora, em evento virtual da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A senadora defende ainda fazer agora a "reforma possível", com a criação de um imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal e simplificação de impostos. "Vamos discutir ISS e ICMS em um segundo momento, quando o

governo tiver condições de criar um fundo", completou.

No evento, o deputado federal João Rome (PRB-BA), que foi relator da PEC 41 na Comissão de Constituição e Justiça, criticou ainda o envio da proposta de reforma do governo em fases. Até agora, a equipe econômica só mandou ao Congresso Nacional a primeira parte de sua proposta, unificando o PIS e a Cofins. "O que parece mais interessante neste momento é a re-

ma (de aguardada do ministro da Economia Paulo Guedes ter sido apresentada baseada. Uma reforma sistêmica como essa não pode vir por partes", completou.

Municípios - O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Gladimir Avelar, afirmou, no mesmo evento, que os municípios precisam de um fundo de compensação para a reforma tributária de R\$ 1,6 bilhão.

CONTEXTO JURÍDICO

STF mantém atual modelo de financiamento do Sebrae e da Apex-Brasil

Em uma vitória para o governo, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu quarta-feira, 23, que é constitucional o uso da folha salarial das empresas como base de cálculo para a cobrança da contribuição que sustenta o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O julgamento coloca em risco imediato R\$ 4 bilhões do orçamento anual dessas entidades.

No centro da discussão está a Emenda Constitucional nº 33, de 2003, que regulamenta a cobrança de contribuições sociais e de Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). A intenção original da emenda era ajustar a tributação do setor de combustíveis, petróleo e derivados, mas sua redação abriu espaço para questionamentos a respeito de contribuições que sustentam o Setor e a Apeh-Brasil e a ABHD.

Conforme a Lei nº 8.028, de 1990, as empresas brasileiras são obrigadas a recolher 0,3% de contribuição sobre a folha de pagamentos para financiar essas entidades. O Salvaré fica com 23,75% dos recursos arrecada-

Em 2009, porém, a empresa Fundação São Bento questionou na Justiça a cobrança. A alegação é de que a entidade, ao utilizar o termo "pederleto", ofendeu que a



GERAL

MP e Volkswagen firmam acordo para reparar violações no regime militar

A Volkswagen assumiu o compromisso de doar R\$ 36,3 milhões para ex-trabalhadores da empresa e para iniciativas de promoção aos direitos humanos. A medida, que serve como reparação ao período da ditadura militar, teve o aval do Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho.

Foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), acordo extrajudicial que estabelece obrigações à empresa para que não sejam propostas outras ações judiciais. Assim, encerram-se três inquéritos civis

que tramitam desde 2015 sobre o assunto.

O montante total de R\$ 36,3 milhões, R\$ 16,3 milhões serão doados à Associação Heinrich Plugg, que congrega os trabalhadores da Volkswagen, para que sejam repartidos entre os ex-funcionários. Um valor de R\$ 10,5 milhões será encaminhado a projetos que resgatem a memória do período, incluindo o Memorial da Luta por Justiça, ao qual foram destinados \$ 6 milhões. Os R\$ 4,3 milhões restantes serão destinados à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para o financiamento de novas pesquisas.

ANP: Mercado avalia proibição de venda de etanol entre distribuidoras

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) iniciou consulta pública para avaliar com os agentes de mercado a possibilidade de votar a venda de etanol combustível entre duas distribuidoras. Com isso, o órgão regulador espera combater monopólios e especulações de ICMS. Estudos de mercado relacionam o aumento das vendas de etanol hidratado entre distribuidoras a práticas irregulares. A proposta da ANP prevê alteração no artigo 30 da resolução que trata do tema e, em sua parágrafo único, autoriza a diretoria da agência a vedar esse tipo de operação por tempo indeterminado, o que vem acontecendo desde 2017. O ob-

jeivo da medida é alterar definitivamente a resolução no que se refere ao etanol hidratado, para reverter possível falha regulatória. "Com a vedação adotada pela agência nos últimos anos, verificamos que houve uma mudança nos agentes destinatários desse tipo de operação e que não apenas o volume comercializado se reduziu drasticamente, como também o número de agentes que fazem esse tipo de operação diminuiu", afirmou a ANP, em nota. Depois do período de consulta pública, que permitirá que agentes de mercado apresentem sugestões e comentários sobre o tema, haverá uma audiência pública, por videoconferência, no dia 27 de abril.

Secretária de Saúde de Magé é presa na Operação Garrote da PF

A secretária municipal de Saúde de Magé, Carme Tavares, foi presa na Operação Garrote, deflagrada ontem (24) pela Polícia Federal (PF), que investiga o desvio de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) estimado em mais de R\$ 9 milhões. De acordo com a assessoria de imprensa da Prefeitura de Magé, na Baixada Fluminense, a secretária foi levada para a delegacia da PF em Niterói, na região metropolitana do Rio. Além da secretária, um vereador do município também estaria ligado ao esquema, porque seria o proprietário do laboratório. A operação investiga crimes de despesa ilegal de licitação, fraude em licitação, peculato,

falsidade ideológica e organização criminosa.

Conforme a PF, as investigações começaram em junho de 2020 e foram conduzidas pela Delegacia de Polícia Federal em Niterói, com o apoio do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS/PL. As apurações indicaram a contratação fraudulenta de um laboratório pelo município de Magé para a execução de exames laboratoriais. Segundo a PF, foram identificadas diversas irregularidades na contratação, como o direcionamento da escolha do laboratório, além de fraudes nos processos de chamamento público e nos de execução.

Marco Aurélio antecipa voto autorizando depoimento de Bolsonaro por escrito

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, divulgou ontem, 24, a íntegra de voto no sentido de permitir que Jair Bolsonaro depoe por escrito no inquérito sobre suposta tentativa de interferência política do presidente na Polícia Federal. A discussão sobre o caso está marcada para começar no dia 2 de outubro, mas, em um gesto incomum, o ministro divulgou a íntegra de seu posicionamento antes mesmo do início do julgamento. O vice-decano se manifestou a favor de que Bolsonaro depoe por escrito, mesmo como investigado, acatando recurso apresentado pelo chefe do Executivo.

"Sem entender, em data recente, na arte de interpretar, no ato de proceder e decidir pessoalmente, os ministros Luis Roberto Barroso e Luiz Edson

Fachin, no que admitiram lise e anteceder da atual Presidente da República, o presidente Michel Temer - e não por ser professor do Direito, mas por assim prever o Código de Processo Penal -, ouvidos, também como investigado - delações de executivos da empresa JBS -, considerado não o privilégio - e dista Adalberto Caldeira

que todo privilégio é relativo -, por escrito. Em um Estado de Direito, o ministro não é crítico de dois pesos e duas medidas, sendo que o mesmo normativo e legítimo quando observado com imparcialidade absoluta", escreveu o ministro em seu voto.

Questionado pelo Estado sobre o porquê de ter decidido divulgar o voto antes mesmo do início do julgamento, Marco Aurélio afirmou: "A publicidade é a regra. Votamos e acompanhamos pelos con-

tribuintes. Mistério não é bom para a democracia. Inserido o voto no sistema tornou-se de domínio público, logo a liberdade em sentido maior".

Nesta quarta, 23, Marco Aurélio decidiu enviar para o plenário virtual do STF a decisão sobre como deve ser o depoimento de Jair Bolsonaro - se pessoalmente ou por escrito - no âmbito das investigações que apuram se o chefe do Executivo tentou interferir indevidamente na Polícia Federal. A decisão foi dada pelo vice-decano uma vez que o relator do caso, ministro Cárlos de Mello, está de licença médica até o dia 26 deste mês.

O plenário virtual do STF é uma ferramenta online que permite que os ministros analisem como sem se sentirem pessoalmente ou por videoconferência. Os magistrados apenas depositam no sistema eletrônico seus

Por 7 a 0, TRE-RJ torna Crivella inelegível até 2026; cabe recurso

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ) confirmou na tarde de ontem, 24, a decisão de tornar o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) inelegível - ele tenta a reeleição em novembro. Em julgamento iniciado na segunda-feira, 21, foram analisadas duas ações em que o mandante é acusado de abuso de poder e prática de conduta vedada. O colegiado de sete magistrados já havia formado maioria para proibir de concorrer a cargos públicos até 2026. Um juiz, contudo, tinha pedido mais tempo para analisar o processo.

Crivella já anunciou que vai renunciar da decisão. Ele pode levar o caso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto isso, advogados podem impugnar sua candidatura - que já está registrada - com base no entendimento do TRE. O tribunal afirma que ele já está inelegível desde antes, enquanto a decisão afirma que é possível recorrer enquanto o processo.

O prefeito respondeu as ações por causa de dois eventos promovidos pela Prefeitura no vigésimo dia de eleição de 2018. Os dois políticos foram julgados em conjunto.

Um deles foi proposto pela Procuradoria Regional Eleitoral do Rio e se refere a um evento chamado Café da Consolidação, que reuniu líderes evangélicos em julho de 2018, no Palácio da Cidade. Durante esse



O ministro do Supremo Tribunal (STF) Federal Gilmar Mendes.

evento, o prefeito afirmou ter incentivado em se submeter a cirurgias de estéticas e valores a procurar a servidora municipal Márcia da Rosa Pereira Nunes, que ficou o relacionamento. A frase "Fala com a Márcia" se tornou simbólica desde então. Na mesma reunião, o prefeito fez acusações específicas a pastores que tinham problemas

envolvendo a Imprensa Presidencial (IPJ) em uma reunião e sendo realizado com o presidente e deputado federal pelo PSL (Atual Republicanos) Rubens Teixeira, que foi eleito suplente. Nessa ação, Teixeira responde junto com Crivella.

A segunda ação foi proposta pelo PSL e trata tanto do Café

da Consolidação como de um evento realizado em setembro de 2018 na sede da escola de samba Unidos de São João de Rio. Servidores da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Cemur) foram convocados e transportados para o evento, que era aberto ao público e não deveria especificamente de assuntos da Cemur.

MP pede suspensão da promoção, com aumento salarial, de procuradores da AGU

O Ministério Público pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) para suspender o aumento salarial que foi concedido a 607 procuradores. Foram promovidos pela Advocacia-Geral da União (AGU). No pedido, o MP diz que a promoção é "insustentável e indevida" e mostra incompatibilidade com a população mais pobre chamada a pagar a conta exatamente no momento em que, provavelmente, enfrentam as maiores dificuldades com a covid-19.

Em requerimento apresentado ontem, 24, o MP pede também aos ministros do TCU que tomem medidas necessárias para avaliar o ato da AGU que promoveu uma única taxa, simultaneamente, os 607 procuradores, dos quais 606 para o topo da carreira, com salário de R\$ 27,3 mil por mês.

Para o MP, a Lei Complementar 173/2020, que congelou os salários dos servidores até 2023, também veda as promoções. Segundo a representação, o progresso funcional implica adequação da remuneração, o que é vedado pela lei aprovada recentemente pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Citando reportagem do Estadão, o MP quer saber qual o fundamento jurídico vigente e as medidas legais de caráter excepcional adotadas durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo co-

ronavírus para a promoção dos procuradores da AGU.

Na prática, o MP quer que a AGU se abstenha de pagar os aumentos correspondentes à promoção até que o TCU decida sobre o mérito da questão.

No pedido, o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado diz que não é contra a valorização das carreiras. Mas pondera que a iniciativa da representação tem a finalidade de avaliação objetiva "em face das circunstâncias atuais".

Lucas Furtado já apresentou representação no TCU contra a concessão de benefícios para a diretoria da Embraer e o aumento da remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal.

Conflitos agrários deixam 80 mortos no país entre 2017 e 2018, aponta estudo

O Atlas dos Conflitos Socioambientais no País-Amazônia divulgado quarta-feira, 23, pela Comissão Pastoral da Terra mostra que a expansão da pecuária e das monoculturas (soja, algodão, dendê e cacau) é responsável por 66% dos conflitos agrários registrados no Brasil nos anos de 2017 e 2018. Do outro lado dos conflitos, em 42% dos casos estão pequenos agricultores, seguidos pelas comunidades tradicionais (indígenas, seringueiros etc) com 29%, indígenas com 17% e quilombolas 11%. De acordo com o Atlas, 995 (76%) dos 1.301 conflitos agrários ativos

(que tiveram desdobramentos) registrados no biênio ocorreram no Brasil, que detém 66% do território da chamada Amazônia Legal. Na Colômbia ocorreram 227 conflitos, no Peru 89 e na Bolívia 17. Ao contrário do Brasil, nos outros países pesquisados a maior parte dos conflitos está relacionada a disputas envolvendo a mineração, plantio de ilícitos (coca) e outras governanças. No total da região, a pecuária e monoculturas fazem parte de 43% dos conflitos. Os conflitos decorreram 118 mortos no biênio, 80 deles no Brasil. Além disso, no País foram registrados 100 tentativas de assesi-

nato, 225 ameaças de morte, 115 agressões e 375 casos de despejos judiciais ou expulsões à força. De acordo com o Atlas, as principais causas dos conflitos e a falta de legalização de terras ocupadas por posseiros, indígenas ou comunidades tradicionais, problemas de superposição de áreas e diversos tipos de invasões (grileiras, madeiras, garimpos etc). É a primeira vez que a CPT divulga o relatório dos conflitos incluindo dados de outros países. A comissão, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realizou há 34 anos o levantamento "Conflitos no Campo Brasil".



Aplicativo

DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL

Informação em tempo real.



Disponível na
App Store



DISPONÍVEL NO
Google play

